

Brasil vai precisar de 1 bilhão em investimento

MILANO LOPES
Da sucursal de Brasília

Para não recorrer ao mercado financeiro internacional em busca de recursos adicionais aos que foram levantados nos quatro projetos recentemente negociados, não será necessária apenas a obtenção do superávit comercial de US\$ 6 bilhões para conseguir os US\$ 4,5 bilhões de empréstimos financeiros — decorrentes de projetos negociados e de **SUPPLIERS CREDITS** — e mais US\$ 1,5 bilhão de investimentos diretos.

Em relação ao superávit comercial, a despeito da economia de quase US\$ 1 bilhão nas importações de petróleo — resultante da redução de US\$ 5 por barril, recentemente decidida pela OPEP — há muitas dúvidas no governo quanto à sua obtenção. Excluindo-se as declarações otimistas dos ministros do Planejamento e da Fazenda e do diretor-geral da Cacex, nos escalões inferiores da administração econômica é sempre possível encontrar especialistas em comércio exterior dispostos a comprovar seu ceticismo.

Comportamento idêntico também é encontrado entre os técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) que estiveram no Brasil em novembro e dezembro do ano passado, e que jamais acreditaram nesse nível de superávit, e entre os banqueiros internacionais, cada dia mais informados da evolução da estratégia de ajustamento da economia aprovada pelo governo. Para estes, é mais razável admitir-se um superávit comercial de US\$ 4 bilhões, considerado um bom resultado, sobretudo para quem sai de uma conta comercial superavitária, do ano passado, em apenas US\$ 775 milhões.

INVESTIMENTOS E EMPRÉSTIMOS

O alcance da meta de US\$ 1,5 bilhão de investimentos de risco também é problemático, pois a atividade de investir foi duramente afetada não só pela crise financeira internacional, como pela posição de alto risco assumida pelo Brasil no âmbito dessa crise. Os investimentos, como observa uma fonte do Ministério do Planejamento, caíram em todos os países, e a Brasil não poderia ser uma exceção.

No ano passado, quando a crise financeira ainda não se fazia presente com a agudeza manifestada no último quadrimestre, os investimentos de risco no Brasil não chegaram a US\$ 1,5 bilhão, acreditando-se que não há nenhuma razão lógica que explique a repetição desse valor em 1983 — considerado o ano mais difícil da história do País no mercado mundial de dinheiro.

Em tais circunstâncias, a previsão de um investimento na faixa de US\$ 1,0 bilhão a US\$ 1,2 bilhão é considerada realista, desde que ingressem as parcelas de recursos alocadas por investidores japoneses nos projetos da área mineral, da siderurgia e da agricultura. E que sejam feitos os aportes de parcelas de investimentos para outros projetos de investidores de outros países, nos diversos setores da economia.

Quanto aos empréstimos, projetos e créditos de fornecedores, cujo ingresso foi calculado pelo Banco Central em US\$ 4,5 bilhões no corrente exercício, também dependerá da agilização das negociações em curso, envolvendo financiamentos para programas hidrelétricos, projetos minerais (como o Ferro-Carajás que tem US\$ 1,6 bilhão de financiamentos externos, parte dos quais ingressará este ano), e projetos do se-

tor siderúrgico (como a operação sale and sell back, de US\$ 400 milhões para a Usina de Tubarão, dependente de aprovação pelos bancos japoneses).

Na contabilização desses US\$ 4,5 bilhões, entrarão também recursos para projetos na área agrícola, ainda em fase de negociação, como a ampliação dos financiamentos japoneses para a produção agrícola no cerrado (Projeto Campo) e financiamentos franceses para o Projeto Cindacta (controle aéreo civil), além da compra de navios petroquímicos e até de aviões para a Vasp. Por enquanto, segundo fontes governamentais que negociam esses projetos, ainda é cedo para afirmar se haverá ou não, até o final do ano, o ingresso das parcelas inicialmente previstas.

CHEGAR À PRAIA

De qualquer forma, acreditam as autoridades da área econômica que, caracterizando-se a necessidade da complementação de recursos, o governo estará em condições de iniciar negociações no mercado, provavelmente já a partir de agosto, esperando uma resposta positiva dos banqueiros.

De acordo com o raciocínio do chefe da Assessoria Internacional do Ministério do Planejamento, embaixador José Botafogo Gonçalves, que participou ativamente das negociações de vários projetos com governos e empresas da Europa, Estados Unidos e Japão, seria absurdo admitir que os banqueiros — que sustentaram a posição brasileira no momento mais crítico da crise financeira internacional, implementando os quatro projetos de regularização das contas externas — recusassem esse apoio no momento final, quando faltam poucos metros para chegar à praia.